

**FACULDADE PATOS DE MINAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.**

MAGNÓLIA SOARES DE ALMEIDA

**Desenvolvimento Sustentável:
Revisão de literatura**

**PATOS DE MINAS
25/04/2016**

MAGNÓLIA SOARES DE ALMEIDA

**Desenvolvimento Sustentável: revisão
de literatura**

Artigo apresentado à Faculdade Patos de Minas como requisito parcial para a conclusão do Curso de Administração.

Orientador: Prof.^a. MS. Cátia Castro Dias.

**PATOS DE MINAS
25/04/2016**

Desenvolvimento Sustentável: revisão de literatura

Autor: MAGNÓLIA SOARES DE ALMEIDA

Orientador: Cátia Castros Dias

RESUMO

O presente trabalho trata do desenvolvimento sustentável e sua importância no contexto das organizações modernas. A abordagem contempla o amplo significado de desenvolvimento e sustentabilidade, mercados consumidores cada vez mais exigentes e, ainda, a busca de certificações que evidenciem um diferencial para as organizações. Esse conceito de desenvolvimento sustentável vem crescendo de forma incomparável. O objetivo é diagnosticar a relevância da certificação ambiental para a sociedade e organizações, com a oferta de produtos que venham a atender mercados que têm aumentado a exigência de se conjugar qualidade, desenvolvimento e sustentabilidade.

Palavra-chave: Desenvolvimento, Sustentabilidade, Certificação Ambiental.

Sustainable Development: literature review

ABSTRACT

This paper deals with sustainable development and its importance in the context of modern organizations. The approach encompasses the broad significance of development and sustainability, increasingly demanding consumer markets, and the pursuit of certifications that demonstrate a differential for organizations. This concept of sustainable development has been growing unmatched. The objective is to diagnose the relevance of environmental certification to society and organizations, with the offer of products that will serve markets that have increased the requirement to combine quality, development and sustainability.

Keyword: Development, Sustainability, Environmental Certification.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e delimitação do tema

Desenvolvimento e sustentabilidade: Os certificados ambientais como diferencial nas empresas e no mercado atual

A sustentabilidade dentro de uma empresa tem o reconhecimento de diferencial, através dos certificados como o ISO 14001. Esses certificados têm o objetivo de produzir e facilitar produtos e serviços para satisfazerem as necessidades humanas sem prejudicar o meio ambiente. Na década de 1970, as empresas obrigatoriamente tiveram que adotar os rótulos ambientais sobre as legislações referentes à saúde e ao meio ambiente.

Atualmente, a ênfase ao meio ambiente tem sido tema principal de vários fóruns internacionais com o objetivo de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento das empresas baseados no respeito ao meio ambiente e ao ser humano. Tudo isso vem a reafirmar a importância da proteção aos recursos ambientais, o aumento sistemático da utilização dos produtos naturais sem prejudicar o ecossistema.

Assim, diversos produtos têm sido comercializados com base em estratégias dos certificados ambientais, e rótulos contemplando aspectos de informações nas embalagens, e que têm a maior valorização perante o mercado. Isso tudo em razão do respeito ao ser humano e ao meio ambiente, ou seja, a proteção ambiental e uso inteligente dos recursos naturais, avaliando o desenvolvimento e a preocupação com as futuras gerações.

Nos dias atuais as organizações estão se valendo cada vez mais da certificação ambiental utilizando os recursos naturais, agregando e proporcionando benefícios para seus consumidores. O mercado tem evoluído para uma maior aceitação dos produtos naturais, porque oferecem valor agregado e diferencial, tendo em vista

que proporcionam satisfação aos seus consumidores além de promover a conscientização acerca desse novo conceito, a valorização dos recursos naturais.

1.2 Formulações do Problema

Qual a importância dos certificados e rótulos nas empresas? Quais as potencialidades existentes nas organizações para se desenvolver a competitividade no mercado?

1.3 Justificativa

Muitas empresas estão buscando formas de desenvolvimento sustentável. As empresas estão colocando à disposição do mercado consumidor produtos com mais qualidade e com certificação do selo verde, que valorizam cada vez mais o meio ambiente. Há uma grande preocupação com aspectos relacionados ao uso de informações na embalagem.

Há ainda a necessidade de se conscientizar o consumidor acerca dos produtos certificados, do selo verde e rótulos informativos nas embalagens e outros fatores que buscam mudar o consciente coletivo para uma realidade de combinação entre satisfação de necessidades e desenvolvimento sustentável.

Com este conceito do Desenvolvimento Sustentável, as organizações estão lançando no mercado seu produto com qualidade. É uma forma mais correta de demonstrar preocupação com o meio ambiente. Por exemplo, nas informações que vêm de forma clara nas embalagens por meio dos rótulos, dando segurança aos consumidores. Com o certificado do selo verde os produtos têm um diferencial respeitável porque trazem mínimos impactos ao meio ambiente, além das orientações sobre descarte correto, dentre outros aspectos relevantes.

A escolha do tema, portanto, justifica-se pelo fato de que o Selo Verde, rótulos e certificado e sua política, e o uso obrigatório pela ISO (International Standard Organization - Organização Internacional para a Normatização), tendo sido criado um sistema de normas simultaneamente designado pelo código ISO 14001 vieram para revolucionar os conceitos de desenvolvimento, geração de riquezas e relações de consumo que precisam se preocupar cada vez mais com o meio ambiente e com a saúde do ser humano. O tema é atual, relevante e é, sem sombra de dúvidas, uma revolução no mundo empresarial porque veio para mudar conceitos e direcionar de forma estratégica a sociedade humana rumo a um mundo melhor.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral.

Identificar a certificação, os selos dos produtos nas empresas, como ferramenta que ajude a desenvolver rótulos ambientais, que tenham como objetivo informar aos consumidores as características dos produtos, e que tenham a função de agregar diferenciais competitivos às empresas no mundo dos negócios.

1.4.2 Objetivos específicos

- Analisar as principais estratégias da Certificação Ambiental presentes no mundo empresarial.
- Verificar como as certificações ambientais podem trazer eficiência e eficácia às empresas no mundo dos negócios.

1.5 Metodologia

O presente trabalho será desenvolvido com pesquisa bibliográfica em livros, sites especializados, revistas e periódicos que abordam o tema. A preocupação é aprimorar o estudo de conhecimentos dos Certificados Ambientais, Política Ambiental, legislação Ambiental, Selos verdes e rótulos, mostrando as suas origens e os objetivos sobre a implantação do ISO 14001.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável significa priorizar as necessidades das pessoas atualmente, sem prejudicar o direito das gerações futuras. Este conceito de sustentabilidade pode variar de forma aleatória de uma sociedade para outra. Na Suécia, em Estocolmo foi realizada uma conferência das Nações Unidas com o tema Meio Ambiente Humano, no ano de 1972. Com isso a visibilidade no cenário global provocou um aumento considerável da preocupação acerca dessa temática bem como a formulação de políticas ambientais em várias nações

No ano de 1973, no Brasil foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente. E houve também a criação de diversos princípios de socialização de custos e

despesas, cuja preocupação era orientar o licenciamento ambiental e controle de poluições no Brasil.

O desenvolvimento traz a preocupação sobre sustentabilidade em todos os aspectos, em especial quanto à finitude dos recursos naturais, como a água, ar, solo. Estes são os principais recursos para que o ser humano possa proporcionar a sustentabilidade, de atender as necessidades de seres vivos na face da terra. E para a obtenção de resultado de sucesso é necessária a colaboração e conscientização de todos, bem como o levantamento de vários fatores a serem melhorados.

Sendo assim, as discussões sobre desenvolvimento sustentável têm um só objetivo, uma só ideia, que é o impacto que o desenvolvimento presente promove à sustentabilidade para futuras gerações. Atender à necessidade presente de forma sustentável é garantir um meio ambiente para as gerações futuras.

O aumento dos problemas ambientais vem se tornando cada vez mais difícil de ser controlado em razão do aumento considerável das populações, o que se torna cada vez mais relevante nesse cenário em que vivemos. É difícil conseguir satisfazer a necessidade em geral do ser humano como, alimentação, habitação, saúde, dentre outros. Entretanto cabe a nós termos conscientização ampla,

saúde, dentre outros. Entretanto cabe a nós termos conscientização ampla, trabalharmos em favor do desenvolvimento sustentável.

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento define a sustentabilidade como: “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.”(Philippi,2001)

Houve confronto entre os países industrializados que resultaram claras duas constatações: os problemas ambientais não podem ser colocados da mesma maneira entre os dois grupos de países, pois contra o ecologismo estético dos ricos levantava-se a miséria dos pobres; as economias desenvolvidas exportam para as

economias periféricas os países dependentes os problemas ambientais juntamente com as suas tecnologias predatórias. (Coimbra 2002, p 47).

Em meados do século XX as empresas de grande porte industrial ainda utilizavam grandes quantidades de carvão na produção de energia. A utilização desse carvão e a sua queimada sem tratamento provocaram grande poluição no ar, na liberação de enxofre e outros tipos de material na atmosfera e eram chamados de “SMOKE e FOG”, cujo significado é fumaça e nevoeiro (Luiz, 2008).

Em Londres em 1952, no dia 04 de dezembro, houve uma grande onda de ar frio que invadiu a cidade chegando a temperatura a ficar abaixo de 0° C. Com frio imenso as residências passaram a queimar mais carvão em lareiras para o seu aquecimento. No entanto, veio a liberação de gás e de enxofre no ar e, passada uma semana de utilização contínua para o aquecimento das residências com o carvão, a poluição já estava tão grande que nem a luz do sol penetrava mais na região de Londres.

Então, lamentavelmente no dia 08 de dezembro ocorreu uma catástrofe, mais de 100 (cem) mortos de ataque cardíaco por dificuldades respiratórias. Muitas pessoas tentavam dormir sentadas porque não conseguiam respirar. Os hospitais com grande número de pacientes devido à poluição chamaram atenção das autoridades. O Ministério da Saúde britânico abriu um grande estudo para averiguar a causa dessas mortes, e chegou a uma conclusão que grave do problema.

Aproximadamente 8.000 (oito mil) pessoas morreram em consequência do chamado SMOG (poluição), e foram contabilizadas mortes até o dia 13 de dezembro.

Na década de 1960 a grande preocupação ambiental acontecia na Inglaterra. O país procurou investir em tecnologia para achar uma solução para evitar que este grande volume de poluição chegasse ao país (Luiz, 2008).

Devido ao impacto do balanço social da poluição, a ênfase na necessidade de modificação nas ações de impacto ambiental veio à compreensão das percepções econômicas, sociais, promovendo momentos de reflexão sobre as características do modelo sustentável adotado, além da prevenção a serem utilizados pelas gerações futuras.

Os padrões sociais atuais e o crescimento desenfreado da população alteraram as condições ambientais naturais com o consumo exagerado, promovendo a degradação do meio ambiente, permitindo a irresponsabilidade o consumo incorreto e desmedido dos recursos naturais, facilitando a contaminação por diversas doenças e interferindo na qualidade de vida. (Pilippi 2014)

2.2 Legislação Ambiental

A legislação ambiental brasileira é uma das mais completas e bem elaboradas e tem a finalidade de preservar a natureza e a preocupação de proteger o Homem.

Dessa maneira a legislação ambiental é uma ferramenta adequada para salvaguardar recursos naturais, tanto no presente como para as futuras gerações, aliando qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

Acerca do tema, a legislação brasileira assim dispõe:

“LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

Os VICE-PRESIDENTES DA REPÚBLICA no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Fazem saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 esta lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e estabelece critérios e normas para a criação e implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2 para os fins previstos nesta lei entende-se por:

1 - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

Há, portanto, o preceito legal de participação efetiva da sociedade para ampla discussão das questões relacionadas a esse assunto, bem como o livre acesso às informações sobre produtos naturais. Também pode e deve relatar ao Ministério

Público os casos de degradação do meio ambiente causados por empresas e pessoas físicas, respondendo pelos seus atos e omissões com penalidades, multas e prisões em razão de descumprimento da legislação vigente.

3. Política Ambiental

Com o crescimento desordenado da população mundial nosso meio ambiente sofre com os efeitos da industrialização e do consumo desenfreado. Este padrão vem degradando sistematicamente nossos recursos renováveis.

Daí a necessidade de Políticas Públicas voltadas para o meio ambiente para abordarem os mais diversos interesses comuns da Humanidade. Particularmente no Brasil, Embora o fato principal para este quadro atual de degradação ambiental foi a aceleração do processo de industrialização e da urbanização no período compreendido entre 1930 e 1970.

Nesse sentido, as políticas ambientais têm se tornado um importante instrumento à disposição do Estado para alterar as alocações de recursos como, por exemplo, na redução do consumo de bens e serviços que estão sujeitos à degradação do meio ambiente.

A política ambiental teve uma participação mais ativa do estado brasileiro nos anos de 1970, a partir do impacto político mundial causado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em junho de 1972, em Estocolmo, na Suécia.

Em 1981 foi criada a lei 6.938, Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que utiliza como principal instrumento de planejamento o Zoneamento Ecológico Econômico para planejar o desenvolvimento do território (Luiz 2008). Em seu artigo 2º estabelece:

Art. 2º. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da

segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

No ano de 1988 foi instituída a lei 9.605, que prevê crimes ambientais, contribuindo para o fortalecimento dos direitos ambientais. Os problemas relacionados ao meio ambiente requerem mais atenção e decisão dos Estados.

Na proteção das florestas temos, por exemplo, a Lei 4.771/95 de proteção da flora e da fauna. As políticas ambientais ganham cada vez mais força no poder público, convergindo à conscientização as empresas e a sociedade civil organizada, a fim de promoverem eventos ou até mesmo campanhas em busca de preservação do meio ambiente.

A política ambiental requer uma análise mais profunda e abrangente das relações entre atividades econômicas e a base natural. É necessário ter a preocupação em incorporar às decisões viabilidade política, econômica e institucional (CETESB, 2003).

2.4 Certificados Ambientais

Selos Verdes

Os selos verdes representam um elo entre o fabricante e o consumidor. São identificações para o produto que causam menor impacto ao meio ambiente servindo de parâmetro informativo que estão dentro das especificações ambientais (Nascimento, 2002).

Os selos verdes foram criados por governos e organizações não governamentais (ONGS) nos anos 1970-1980, alinhados com a preocupação ambiental dos consumidores no mercado. Nessa preocupação da sociedade civil quanto ao

produto de qualidade ecológica, os selos verdes são rigorosamente testados pela fiscalização das ONGs.

No entanto, o objetivo dos selos verdes é encorajar os produtores a adotarem práticas mais corretas além de promover o acirramento da competitividade entre esses produtores para estimular o avanço ambiental politicamente correto nos diversos setores. Têm por objetivo também permitir que os produtos etiquetados possam estimular o consumo sustentável e os modelos de produção através da adoção das políticas públicas de vendas sustentáveis. Como exemplo, os selos verdes mostram aos consumidores procedência da matéria-prima, assegurando a manutenção das florestas que estão sendo usadas para fabricação de produtos como papel e móveis.

Além disso, os rótulos colocados em produtos comerciais devem trazer informações de que foram produzidos de forma adequada, e que as embalagens ou resíduo resultam do não em malefício ambiental (Nascimento, 2002).

Com essa importância dada ao desenvolvimento sustentável as entidades pró-ecológicas cumprem com a fiscalização fazendo o reconhecimento dos produtos que serão lançados no mercado para a venda e que foram desenvolvidos visando, por exemplo, baixo consumo de energia, como o caso de eletrodomésticos, para o consumidor que se preocupa com o futuro do planeta.

As funções dos selos verdes são muitas, para empresas que buscam o diferencial competitivo no mercado. Propiciam acesso maior às variedades de fontes de financiamentos, garantias de aceitação em mercados maduros de exportação, facilitam o financiamento para empresa ambientalmente ajustada pelo simples fato de observância de posturas socialmente responsáveis (Nascimento, 2002).

2.5 Certificações Ambientais (ISO 14001)

O conceito da certificação ambiental é constituído e definido pela organização credenciada para a certificação. As organizações devem ser reconhecidas pelo

órgão do governo Brasileiro, responsável pela estruturação dos certificados em nosso país.

Na competitividade das empresas neste cenário globalizado em busca da melhoria do desempenho ambiental é importante possuir a certificação do Sistema de Gestão Ambiental que é o ISO 14001, um grande diferencial para as empresas em sua atividade econômica.

Dessa forma as empresas demonstram que estão se enquadrando e desenvolvendo ações em prol do desenvolvimento sustentável, e também possuem motivação e incentivo em busca do reconhecimento oficial para se ter um diferencial no mercado.

O certificado ISO 14001 é um Sistema de Gestão Ambiental tem o objetivo de criar equilíbrios entre empresa e o meio ambiente para obter lucros sem ter o impacto negativo no ecossistema. No Brasil o sistema é administrado pela ABNT - Associação Brasileira de Norma Técnicas. Para se obter esse certificado é necessário passar por uma auditoria e certificar os processos existentes nas organizações (Cyro 2012).

No Brasil, a partir de 1992, as organizações buscaram a competitividade no mercado interno e externo. E com isso vieram as dificuldades como as barreiras não-tarifárias, devido ao nível de qualidade do produto. O governo Brasileiro passou a incentivar as empresas a implantarem as normas, que são os certificados ISO 14001.

Nesta alta competição nacional e internacional das empresas há uma luta constante para se ter uma fatia do mercado, colocando uma maior qualidade nos produtos e serviços prestados. E esse mercado exigente busca uma imagem ambiental correta, ou seja, busca em valorizar produtos que estejam com certificados interno e externo também (Tadeu Fabrício, 2014).

Atualmente, ter visão dos negócios e obter informação de uma imagem ambiental positiva gera um diferencial para a empresa. Os benefícios de se ter a certificação ambiental e obter vantagens competitivas entre as organizações demonstram o

quanto os empresários de menor porte podem ser mais competitivos no mercado (Cyro 2012).

Considerações finais

Essa forma de sustentabilidade não é necessariamente a exclusão da racionalidade econômica. Pode ser considerado um ganho para a nossa existência, possibilitando uma relação do equilíbrio como uma expressão harmoniosa entre o Homem e o Meio Ambiente.

Na avaliação dessa coexistência sustentável entre consumo e meio ambiente, cabe a melhor gestão dos recursos naturais devendo-se colocar em prática a conservação em prol das futuras gerações.

Portanto, é importante lembrar que a criação das normas veio para contribuir com o desenvolvimento sustentável das empresas e, ao mesmo tempo, validar mecanismos de proteção ao meio ambiente. Para tanto, as empresas devem cumprir com as políticas ambientais bem como a legislação ambiental vigente.

Por isso devemos ter a consciência de entender o meio ambiente e suas relações, viabilizando um futuro melhor para as próximas gerações.

Empresas que adotam o desenvolvimento sustentável criam uma imagem positiva junto ao público consumidor e carregam a responsabilidade de coexistência entre resultado econômico e sustentabilidade.

Referências Bibliográficas

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental e sustentabilidade. 1ª. Ed. São Paulo: Manole, 2001. 965 p.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. 2ª. Ed. São Paulo: Manole, 2014. 1004p CONSTITUIÇÕES

BRASILEIRAS. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legbras> Acesso em 06 jul. 2016.

CETESB. Relatório de qualidade do ar no estado de São Paulo – 2002. São Paulo, ed.; Saraiva 2003. 74 p.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. Qualidade e Gestão Ambiental: sustentabilidade e Implantação da ISO 14.001. 5. Ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008. 422 p.

MAIMON, Dom. Passaporte verde: gestão ambiental e competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

NASCIMENTO, L F. Rotulagem Ambiental. 2002 Disponíveis em:<<http://www.disciplinas.adm.ufrgs.br/engambiental/download/Aula%206-%20selos.ppt>>. Acesso em: 19 jul. 2016

BARBIERI, J.D. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.

VALLE, Cyro Edir do. Qualidade Ambiental: ISO 14000. 12. Ed. São Paulo: SENAC, 2012. 207 p.

DEDICATÓRIA

Agradeço primeiramente a meu Deus por ter me concedido a oportunidade de viver esse momento tão maravilhoso, e por ter alcançado um sonho. Poder dizer que sou administradora de empresas.

Agradeço também à minha família por te apoiado ao longo desses quarto anos da minha carreira. Aos meus filhos que se orgulham de mim. À prof^a. Me. Cátia de Castro Dias que, mais que uma orientadora, foi uma grande mestre sempre à disposição para conversar e me auxiliar.

Agradeço ainda aos demais professores do curso pelo conhecimento transmitido durante os anos de graduação.

E também, aos grandes amigos que estiveram presentes durante toda a trajetória e participaram de minha vida e dessa conquista.

Muito obrigado.

.